

Discurso dos *Media*: entre o Contributo para a Renovação do Léxico e a Elisão de Peculiaridades Existentes

Mário Pinto

Professor

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

mpinto@ufp.pt

Resumo:

O papel central dos *media* na vida social e cultural e, daí, na formação do indivíduo, é inquestionável. Exemplos corroboradores dessa profícua influência não escasseiam e vão da reposição em circulação de certos vocábulos à criação de outros que a vivência hodierna torna imprescindíveis. Contudo, o sentido em que o contributo desta centralidade se processa é que nem sempre é o mais indicado, asserção que também não carece de demonstração tantas e tais são as provas com que recorrentemente somos confrontados.

Consabido o papel central dos *media* “na formação e formatação da opinião pública” não constituirá surpresa que, de ubérrima e polifacetada, tal temática venha a suscitar o interesse de outros participantes neste fórum, mais versados na matéria em apreço, os quais não deixarão de a equacionar com a esperada proficiência.

Destarte, e por disso estarmos convictos, nos propomos – de entre a miríade de ângulos de abordagem possíveis – proceder à dissecção de tão candente quão poliédrica questão pelo prisma do discurso, mais concretamente, da linguagem usada nos *media*, não só por se tratar de um âmbito que nos apraz particularmente – constitui, aliás, o campo preferencial do estudo que há anos vimos desenvolvendo – mas também, e mormente, por estar em causa uma matéria que preexiste, subjaz, sustenta e se sobrepõe a todas as outras, porquanto falhando este suporte a veiculação da mensagem ficará liminarmente inviabilizada, *et pour cause*, gorado o desiderato almejado, a concreção do(s) objectivo(s) visado(s).

Justificada a escolha do ângulo de abordagem e aduzidas as determinantes que a ela presidiram, cumpre agora enumerar os pressupostos em que assenta a presente reflexão. Concomitantemente, balizar os parâmetros entre os quais nos iremos mover e, desde logo, enquadrar o contexto epocal para que a reflexão ora apresentada remete.

Se existe marca que de forma indelével caracteriza a sociedade hodierna (e lhe é atávica) é, irrefragavelmente, a exigência de conhecimento e de informação, o que, mais do que desafio técnico, consubstancia um repto eminentemente social e cultural (ainda que não menos político).

Trata-se, com efeito, de uma sociedade em que o conhecimento constitui um bem de valor inestimável, uma sociedade do primado do saber, sendo este uma componente fundamental do desenvolvimento. É, outrossim e em perfeita simultaneidade, uma sociedade que exige contínua consolidação e permanente actualização do conhecimento dos cidadãos. Só que, dada a rapidez a que a mudança se processa – e em que os métodos tradicionais de distribuição, publicação e difusão estão a ser gradualmente substituídos pela transmissão digital suportada por redes de telecomunicações, pelo que a informação, circulando instantaneamente, pode ser recebida, tratada, incorporada, transformada em conhecimento pessoal, de autoformação – a aquisição do conhecimento, que está hoje a transformar-se, implica uma comutação de paradigma: do estágio, de tempos pregressos, em que se privilegiava a memorização da informação com carácter estático, para uma postura dinâmica de pesquisa da informação em suportes digitais, de que os jovens são os maiores beneficiários. E a apetência destes pela participação é inquestionável, desde que lhes sejam disponibilizados os meios antes só acessíveis às elites (veja-se o caso das edições *online* dos jornais desportivos e não só).

É, pois, pacífico, asseverar ser uma sociedade cognitiva aquela a cuja emergência e consolidação assistimos. E que ao transformar em capital o conhecimento e a informação produzirá efeitos multiplicadores assaz pregnantes não apenas no combate às iniquidades (conduzindo assim à almejada equidade) como não deixará de ter repercussões futuras sobre a forma como os cidadãos exercerão os seus direitos. Porque decorrente das grandes mutações produzidas (e ainda em curso), por seu turno resultantes do incremento e disseminação das novas tecnologias – tacitamente reconhecidas como factor de desenvolvimento e de criação de bem-estar para os cidadãos – é uma sociedade dotada de enorme potencial para a melhoria da qualidade de vida destes (o que não permite, no entanto, escamotear os riscos que comporta, designadamente o de exclusão de certos extractos (e estratos) da população).

Sintetizando a (de *per si* sucinta) caracterização atrás efectuada, é possível afirmar que a sociedade coeva, também designada da informação, corporiza, antes de mais, um modo de desenvolvimento social e cultural em que a aquisição, armazenamento, processamento e posterior transmissão da informação, conducente à criação do conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos, desempenha um papel fulcral na definição da sua qualidade de vida e das suas práticas culturais.

O que tem tudo a ver (está-lhe mesmo endogenamente ligado) com o conceito de cidadania tal como é explicitado nos dicionários: “vínculo jurídico e político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um estado, o constitui, perante esse estado, um conjunto de direitos e obrigações.”. E entre os direitos que ao indivíduo assistem (lhe são outorgados, e só em situações extremas lhe poderão ser sonegados ou cerceados), destaque para o de ser/estar informado, prerrogativa que, como nos propomos demonstrar, é amiúde (liminarmente) inviabilizada por patologias várias do discurso jornalístico.

Como, perguntar-se-á? Porque não obstante tratar-se de uma sociedade portadora das idiossincrasias e potencialidades antes descritas, a verdade, contudo, é que as novas tecnologias da informação, *lato sensu* consideradas, ao propenderem para a globalização acarretam a inerente perda de identidades várias, decorrente, no caso do idioma, da elisão de peculiaridades que, por lhe serem endógenas, acabam por conduzir ao seu inexorável desvirtuamento. Devia, por isso – aliás, urge consegui-lo –, incumbir aos *media* (e à imprensa *stricto sensu*) assumirem uma função crucial na intransigente defesa da pureza original do idioma, quer através da aposta na preservação dessas mesmas especificidades quer, ainda, da adopção de estratégias a ela (re)conducentes. E, no essencial, porque passando a construção da cidadania (não só mas também) pela defesa da língua materna, descaracterizá-la ou, pior do que isso, desrespeitá-la constitui o mais sério obstáculo ao incremento dessa mesma cidadania. Deploravelmente, porém, é o que com inusitada recorrência acontece, visto nem tudo ser assim tão linear quanto o desejado.

Daí que, por mais desatento que alguém possa ter andado ao universo mediático, inquestionável será não lhe ter passado despercebido o profundo avatar nele ocorrido ao longo de um passado recente, mormente ao nível da linguagem utilizada, cujos

vícios insistem em se converter em hábito acabando, em casos pontuais, por quase se arvorarem em norma¹. E se como alguns pretendem (e outros sustentam mesmo), o devir da língua está nos jornalistas, e já não nos professores, não só existem ponderosas razões de justificada preocupação como ganham maior pertinência (e premente acuidade) os alertas que de vários quadrantes são lançados. É o caso, entre muitos outros, de Maria Pilar Diezhandino (1994: 165), segundo a qual “Otra cosa es la preocupación por la influencia que los médios de comunicación ejercen en el público, los efectos en el mal uso de la lengua.”.

Ora é justamente aqui, na função que aos *media* incumbe, que entronca (dada a interpenetração, quase imbricação de ambos) o seu contributo para a cidadania, o qual nos propomos dissecionar de dois ângulos que, mais do que diferentes, são dicotomicamente antagónicos.

I.

No que à proficuidade e prodigalidade do contributo do primeiro desses ângulos de abordagem concerne, é irrefragável o aporte positivo, consubstanciado, antes de mais, na dimensão formativa (aliás, estilizada na sua função triádica: ‘informar, formar, recrear’) que os mesmos podem desempenhar, desde que usados como arquétipo de rigor, *lato sensu* considerado. O que, se *ab initio* passa pela construção frásica irrepreensível, requer outrossim a sua utilização como suporte privilegiado seja para a manutenção em uso de certos vocábulos – que quer o vertiginoso progresso tecnológico quer o social propendem a votar ao ostracismo, a proscrever e, daí decorrente, a condenar a uma morte inexorável –, seja para a reposição em circulação de palavras que se encontravam em relativa ‘hibernação’.

O que não esgota, no entanto, aquela dimensão formativa: mais profícuo ainda – e impõe-se não elidir os inegáveis méritos dos *media* neste domínio – pode revelar-se o seu emprego como veículo de criação de novos vocábulos (como os a seguir aduzidos) e sua introdução no léxico quotidiano.

¹ ‘**Priúdo**’ (em vez de período) e ‘gratuíto’ (por gratuito) são paradigmáticos.

Entre as reposições – aquelas palavras que, conquanto já existentes, eram de parca (quase nula) utilização –, citaremos apenas, porque assaz paradigmáticos, os casos do adjectivo “putativo” (cujo regresso à actividade se deve a Vasco Pulido Valente) e dos substantivos “laxismo” (cuja “paternidade” é atribuível a Almeida Santos, enquanto Presidente da Assembleia da República) e “tralha” (utilizado por Vicente Jorge Silva para se referir aos seguidores do então secretário-geral do PS (António Guterres) e que “colou” definitivamente). Entre os segundos, lugar de destaque para os neologismos (se assim se pode, com propriedade, designá-los) ‘**lobista**’², ‘**flexigurança**’³, ‘**jihadista**’ e ‘**chancelerina**’ criações a que por certo os dicionários não desdenharão dar guarida a curto prazo, atinente o escrupuloso cumprimento das normas referentes à construção de novos vocábulos neles observadas. E porque a afirmação feita o reclama, detenhamo-nos um pouco nos dois últimos: presença diária em todos os *media*, a *jihad* (a chamada guerra santa) já não carece de tradução tão recorrente é o seu uso; porém, o mesmo não acontecia em relação aos seus praticantes/seguidores, cuja alusão obrigava sempre à utilização, em simultâneo, daquele termo; daí a necessidade de colmatar essa lacuna, o que até nem evidenciava dificuldade de maior visto existir já o sufixo nominal *-ista* (que indica partidários de doutrinas ou sistemas, agente/profissão), o qual, uma vez anexado à palavra primitiva (*jihad* + *ista*), deu origem ao nome “jihadista” cuja circulação, como os próximos exemplos demonstram, é facto consumado (não obstante subsistir por resolver, o que não é de somenos, o problema do **h** medial intervocálico):

Ninguém saberá ao certo quantos **jihadistas** estão actualmente no Iraque, (...). [...] (...) referindo que a situação no Iraque está a gerar uma nova vaga de **jihadistas** que poderão vir a desestabilizar outros países. [...] A Arábia Saudita, país de origem de muitos **jihadistas**, estaria mais vulnerável.

Diário de Notícias, 1/8/2005, p. 3, PV.

O quotidiano de um grupo de jihadistas em filme

O filme mostra a vida de um grupo de **jihadistas**, de diferentes nacionalidades, num campo que se supõe situar-se nas zonas montanhosas do Afeganistão.

Público, 14/8/2005, p. 19, SL.

Bem diferente — e, não menos, paradoxal dada a lhanza que subjaz à formação do seu feminino (chanceler + *-ina*, sufixo nominal que até indica agente/profissão) —, é o

² Já registado no Houaiss, mas não contemplado pelo *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

³ Conceito que, de tão recente, não tem ainda uma grafia definitiva sendo, fruto dessa indefinição, fácil deparar com a palavra assim grafada: flexi-segurança / flexissegurança.

que se passa com o neologismo chancelarina. Conquanto o *Expresso* tenha inserido na sua edição pós-eleição da senhora em causa (a de 17/12/2005, página 1) esta breve (titulada Merkel 'chancelarina') – “A designação «**chancelarina federal**» foi eleita a expressão de 2005 pela muito séria Sociedade para a Língua Alemã. A referência é Angela Merkel, que se tornou a primeira chefe do Governo da história alemã em 22 de Novembro.”⁴ – em que explicitava e justificava a grafia correcta do vocábulo (invocando, para o legitimar, uma autoridade na matéria), a verdade, contudo, é que a sugestão foi liminarmente ignorada (só um jornalista a acatou) logo no número seguinte. O resultado da inobservância do preconizado (a que nem o editorial escapou), nesta edição, é a desagradável sensação de haver sido o aleatório a presidir à utilização das várias formas em presença (**a** chanceler / **um** chanceler / chancelarina / chancelarina) como os exemplos transcritos demonstram, havendo inclusive um “texto programático” (o quarto, dos exemplos aduzidos) que contradita a breve da semana precedente e preconiza como correcta a forma ‘chancelarina’:

Para este resultado contribuiu também, de forma surpreendente, **a chanceler** alemã, Angela Merkel, recém-chegada a estas andanças.

Expresso, 23/12/2005, p. 10, editorial, s. a..

De regresso a casa, depois da sua consagração como grande negociadora na Cimeira de Bruxelas, a chancelarina Angela Merkel não perdeu tempo. [...]

A proposta da chancelarina teve reacções imediatas, em particular do novo primeiro-ministro polaco (...). (...) a imprensa europeia, incluindo a alemã, desfez-se em elogios à chancelarina, afirmando que ela salvou a cimeira da UE.

[...]

(...) o «Bild am Sonntag», da Hamburgo, famoso e temido pelos seus títulos certos, chamava à chancelarina «Miss Europa».

Expresso, 23/12/2005, ECONOMIA & INTERNACIONAL, p. 17, CM.

Mas outra coisa importante aconteceu nesse dia e meio de Bruxelas: Ângela Merkel revelou-se uma mediadora de mão cheia [...]; uma estadista norteadora por valores europeus e **um chanceler** consciente de que a preeminência da Alemanha lhe confere deveres especiais.

Expresso, 23/12/2005, ECONOMIA & INTERNACIONAL, p. 19, JC.

A 'chancelarina' Merkel

«**Chancelarina**» é um neologismo criado para si e o estilo da sua política começou por desbloquear as perspectivas financeiras da União Europeia para o período 2007-2013.

Expresso, 23/12/2005, ÚNICA, p. 75, s. a..

A chanceler alemã, Angela Merkel, inicia, hoje, a sua primeira visita oficial ao Médio Oriente, (...). [...]

⁴ Não sem recordar que “Os linguistas entendem que há uns anos seria usada a expressão chanceler federal.”

Antes de **a chanceler** iniciar a sua viagem de dois dias, o porta-voz do Governo alemão (...).

Jornal de Notícias, 29/1/2006, p. 20, s. a..

(...) sublinhou Angela Merkel, **a chanceler** alemã que na quarta-feira atinge a barreira dos cem dias no poder.

A chanceler alemã conquistou respeito a nível internacional, mas agora enfrenta o desafio de fazer aceitar as reformas internas

Diário de Notícias, 27/2/2006, p. 12, CG.

A chanceler alemã vai falar com homólogos francês e espanhol

(legenda de foto)

Público, 5/3/2006, ECONOMIA, p. 40, P/R.

Fácil de inferir – os exemplos precedentes provam-no à saciedade e são disso apodixe –, é nem todas as criações serem igualmente legítimas ou, tão-só, aceitáveis. Menos ortodoxos, por diferentes razões – mormente o desrespeito das normas a observar aquando da formação de novos vocábulos, cujas palavras primitivas são, na situação vertente, estrangeirismos e meras siglas –, são os casos a seguir apresentados:

A Caixa é do Estado e não será, por isso, **opável**. Tem um problema de continua erosão do seu mercado e de incapacidade em gerar e gerir uma estratégia de expansão internacional (...).

Jornal de Negócios, 2/11/2005, p. 42, JDM.

(...) José Azevedo foi o rosto do café que estabeleceu uma ligação de apoio e amizade com **iatistas**⁵, que se prolonga até à actualidade.

Jornal de Notícias, 20/11/2005, p. 32, s. a..

O **oscarizado** actor Russell Crowe, também conhecido por algum mau feitio, assumiu a culpa pela acusação de ter atacado, em Junho passado, um funcionário de hotel.

Jornal de Notícias, 20/11/2005, últ. pág., s. a..

Clusterização de actividades estratégicas

Diário Económicos, 30/11/2005, p. 4, GS.

(...) influíu seguramente muito nesta decisão **uefeira**.

Diário de Notícias, 19/12/2005, p. 30, ATT.

Não haverá pior cenário para a Portugal Telecom do que a OPA da Sonaecom morrer na praia, inviabilizada pela recusa do Governo em prescindir da “golden share” (...). Quem põe em marcha um processo deste género deve estar preparado para todas as consequências. Entre elas para o contra-ataque do **opado**, que pode incluir a guerra da contra-informação

Jornal de Negócios, 13/2/2006, p. 3, LB (Subdirectora; editorial).

E assim vivemos sem saber a causa das coisas: por que motivo foram parar os registos de tantos telefones a uma disquete que um jornalista conseguiu obter; por que motivo isso estava no processo da Casa Pia, por que razão depois de o

⁵ Só o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* regista o vocábulo.

Presidente da República ter pedido esclarecimentos a única acção visível é uma acção **cobóiesca** a uma redacção de um jornal.

Expresso, 25/2/2006, p. 5, HM (Director).

Situação peculiar é a consubstanciada pelo vocábulo **etarra**: conquanto não dicionarizado, por enquanto (até porque sem suporte gramatical legitimador), constitui importação directa da imprensa espanhola, onde há anos tem uso recorrente, dando agora, entre nós, os primeiros passos (tímidos) na imprensa de referência:

(...) disse Gorka Landaburu, o jornalista basco que sofreu graves feridas quando, em 2001, os **etarras** o tentaram matar. [...] “Zapatero demissão”, “Assassinos”, em referência aos **etarras**, foram as palavras de ordem mais gritadas.

Público, 26/2/2006, p. 24, NR.

Dois **etarras** condenados a 254 anos de prisão

No entanto, **os etarras** vão cumprir o limite máximo legal de prisão de 25 anos (...).

Diário de Notícias, 9/3/2006, p. 15, PV.

Um outro atacava a política penitenciária de Madrid, que desde os Governos de Felipe González mantém os presos «**etarras**» a centenas de quilómetros da «pátria» e da família.

Expresso, 11/3/2006, p. 23, JA.

II.

Entre as ‘reposições’ e as ‘criações’ (mais felizes umas do que outras), mas no que reputamos já (e como tal designamos) uma zona de transição para os contributos tendencialmente negativos, situa-se toda uma vasta panóplia de palavras nem sempre empregadas da forma mais curial, quando não mesmo indevidamente utilizadas em contextos que o seu significado não permite mas que, dada a recorrência do seu uso, não surpreenderia se viessem a ver legitimadas estas acepções. É, entre muitos outros, o caso dos verbos “desmistificar” (em lugar de “desmitificar”), “realizar” (no sentido de “inteligir/compreender”), “despoletar” – que, não obstante o alerta lançado por um dicionário⁶, vê este seu uso legitimado (até no Houaiss) e prossegue a sua caminhada no discurso de alguns jornalistas – e, muito em particular, “inquilino” (de S. Bento/de Belém), quase um cliché, ademais paradigma de alargamento semântico abusivo:

É este país em construção que Jorge Sampaio querera lembrar a todos os portugueses que, em 1999, fizeram um cordão humano com juras, quando no próximo dia 9 de

⁶ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª ed., Porto, Porto Editora, 1996 (p. 589): “Termo muitas vezes usado erradamente com o sentido, exactamente oposto, de desencadear, precipitar”.

Março, em Belém, entrar um novo **inquilino** e Cavaco Silva for investido no cargo de Presidente da República.

Público, 26/2/2006, p. 19, FR.

É verdade que, ao contrário de Cavaco, o ex-Presidente foi à Assembleia, assistiu ao acto solene da transmissão de poderes e ao discurso do novo **inquilino** de Belém.

Expresso, 11/3/2006, p. 7, FM.

Como é por demais consabido, nenhuma das entidades referidas pagou jamais qualquer mensalidade pela utilização do palácio de Belém ou por nele habitar, condição *sine qua non* para fazer jus ao significado do termo que assim carece de legitimidade. O que surpreende é a recorrência do seu uso.

III.

Por fim, e nos antípodas dos contributos positivos, proveitosos (inicialmente referidos), situaríamos, entre os mais perniciosos, os conducentes à morte, anunciada e tão iminente quanto inexorável, de determinadas construções e usos peculiares do nosso idioma, tais como:

1. O emprego do infinitivo pessoal (flexionado) que, não obstante convenientemente regulamentado, é reiteradamente substituído pelo impessoal (não flexionado), mesmo em situações cujo contexto não o permite e que consubstanciam, por isso, erros grosseiros, como nos exemplos aduzidos:

O padre sabe do que fala: num levantamento efectuado em Setembro passado, concluiu que as IPSS dão guarida a cerca de nove mil crianças e jovens, mais de 60 por cento do total de menores a **viver** em instituições em Portugal.

Público, 26/2/2006, p. 35, AC.

2. O uso de certos participípios regulares, inquestionavelmente mais explícitos – porque susceptíveis de traduzirem com maior pregnância o hediondo do acto que lhes subjaz –, como nos exemplos em apreço acontece: poder-se-á (tentar, sequer) estabelecer a mais remota comparação, quanto à expressividade, ao simbolismo, à representação mental do acto quando expresso pelo passivo (e inerte, na mais lídima acepção do termo) participípio irregular ‘morto’ por contraste com o enérgico e enfático (porque activo e detonador de imagens mentais adequadas) participípio regular ‘matado’?

Um grupo de crianças **terá morto**, sem razão, um sem-abrigo. Polícia investiga pistas de motivação sexual para o crime

Meiwes, um técnico de computador condenado em 2004 a oito anos e meio de prisão, admitiu que **tinha morto** um homem de 43 anos e que o tinha comido parcialmente, mas alegou que estava a seguir uma vontade da vítima.

Público, 5/3/2006, CULTURA, s. a.

A PJ anunciou ontem a detenção de uma mulher de 25 anos suspeita de **ter morto** a tiro um homem no passado dia 3.

Diário de Notícias, 9/3/2006, p. 32, CIDADES, s. a.

3. A anteposição do pronome ‘se’ ao infinitivo, quando o verbo principal está neste modo, em construções do tipo ‘pode-se dizer’, ‘pode-se fazer’, etc., o que a médio prazo levará ao seu inelutável desaparecimento e, daí decorrente, ao emprego exclusivo da construção já hoje hegemónica: “pode dizer-se”, “pode fazer-se”, etc.

4. As construções formadas a partir do verbo pôr, numa primeira fase relegado para um uso subsecivo em benefício do verbo ‘meter’ – mesmo em contextos *contra naturam*, porque nos antípodas da sua matriz ideológica e que acabam, *ipso facto*, por se tornarem risíveis⁷ – e, mais recentemente (modismo espúrio e passageiro?), tornado de utilização residual pela onnipresença do verbo ‘colocar’, numa prática transversal (e de que os exemplos coligidos são apodixe) a todos os jornais ditos de referência, não obstante as expressões em apreço se encontrarem devidamente dicionarizadas (‘pôr em xeque’ / ‘pôr em causa’ / ‘pôr na mão’ / ‘pôr o carro à frente dos bois’ / ‘pôr-se em fuga’ / ‘pôr o acento tónico em’), circunstância que, como aqui se demonstra, é recorrentemente ignorada:

(...) e que **coloca em xeque** o cenário macroeconómico do Governo para 2006.

Diário Económico, 17/11/2005, p. 3, BP.

(...) **colocou o problema** directamente ao director-geral (...).

Sensível ao problema agora **colocado** (...). (...) **colocando de parte** suspeitas de crime.

Jornal de Notícias, 4/12/2005, p. 7, NMM.

A LEI COLOCA EM CAUSA AUTONOMIA DO MP?

Diário Económico, 7/12/2005, p. 29, s. a..

A solução de João Cravinho, em **colocar nas mãos** dos privados a construção e exploração de auto-estradas sem custos para o utilizador, tem afinal, custos para o contribuinte.

Diário Económico, 13/12/2005, p. 3, AJG.

⁷ Como na situação vertente (*in* *Diário de Notícias*, 16/9/2002, p. 9, FMF) acontece: “A ministra da Justiça pode começar à procura do próximo director-geral. Porque este tem os dias contados. Assim como a ministra, **se lhe continuar a meter a mão por baixo**.”

(...) voltou a sublinhar que a autarquia “**colocou o carro à frente dos bois**” e a lamentar o que chama de “guerrilha política entre a Câmara e o Governo”.

Jornal de Notícias, 18/12/2005, p. 27, IS.

Este indivíduo, um estucador de 32 anos, já “conhecido” das autoridades, revelou um comportamento suspeito e **colocou-se** em fuga.

Jornal de Notícias, 8/1/2006, p. 34, NS.

Dentro e fora da empresa **colocava-se o acento tónico** “no mau feitio” de Almerindo (...).

Diário Económico, 9/1/2006, últ. pág., AM (editorial).

A consequência imediata e mais palpável de tão inexplicável quão infeliz propensão para o afunilamento do (amplo) leque das opções possíveis e para a quase ‘monoutilização’, de que a situação precedente é paradigmática – consubstanciada na recorrente utilização da mesma palavra (na situação vertente, um verbo, que, dada a sua polivalência, quase se torna onnipresente) –, bem como para a extrapolação do mesmo vício a pletora de outras situações acaba por ser o inelutável depauperamento do léxico, traduzido quer no recurso a sistemáticas repetições

O fim da **visita** de Arbour coincidiu com o **início** de uma **visita** de dois dias à Tchetchénia do Comissário para os direitos humanos do Conselho da Europa, Alvaro Gil-Robles, e que **iniciou** com a **visita** a uma prisão no norte da república rebelde.

Público, 26/2/2006, p. 25, s. a.

quer no aparecimento dos sempre constrangedores clichés, induzidores de não menor disforia

Mas, não sendo isso uma novidade, o que levou a uma decisão tão **drástica** e repentina?

Público, 26/2/2006, p. 39, CR.

5. De cariz diferente, porém ainda enquadrável no âmbito dos contributos negativos e não menos nefasta do que as construções desconexas (amiúde incongruentes) e o vocabulário inadequado antes referidos, é a incúria subjacente à utilização de determinadas palavras – não só porque sem a mínima plausibilidade de uso em semelhantes contextos como também porque de tal modo no limiar do absurdo que chega a parecer ditada pelo estocástico – de que resulta a ininteligibilidade da frase (quando não mesmo da própria notícia), como em qualquer um dos próximos exemplos acontece:

“Matosinhos é cada vez mais um foco de atracção de cidadãos exigentes não só na qualidade de construção, mas também na **comodidade** onde se inserem”, realçou Narciso Miranda.

Jornal de Notícias, 3/4/2005, p. 28, IS.

Os banqueiros espanhóis ajudam os empresários espanhóis, os banqueiros alemães ajudam as indústrias alemãs e mal dos portugueses se não tiverem banqueiros para os ajudarem nas suas aventuras no mundo dos negócios. Ora, se o BCP Millenium conseguir uma vitória em solo romeno, pode ser uma maçada para os seus accionistas, que lá vão ter que **ocorrer** novamente a uma chamada de capital.

Os movimentos de crescimento do BPI e do BCP têm de ser observados e **rectificados** não só pelos seus accionistas e stakeholders, mas também pelo próprio Governo português (legenda de foto)

Jornal de Negócios, 2/11/2005, p. 42, JDM.

O clima de crise económica e o descontentamento social face às políticas do Governo **pode** garantir uma vitória de Cavaco Silva à primeira volta, assim como a divisão de votos à Esquerda. [...]

Para Pedro Magalhães, Cavaco pode também ganhar com a actual **conjectura**, que fará com que um voto de protesto ao Executivo de Sócrates seja uma “motivação adicional”.⁸

Jornal de Notícias, 20/11/2005, p. 4, HC.

Marques Mendes lançou, ontem, uma violenta crítica ao primeiro-ministro por estar a violar as suas principais promessas eleitorais e por apresentar um Orçamento de Estado (OE) com “pés de barro”. Em causa, o facto do OE **resultar** em “pressupostos que já não são verdadeiros”.

Jornal de Notícias, 20/11/2005, p. 17, HC.

Os dados do Ministério de Vieira da Silva revelam que, em Novembro, o número de beneficiários registou **um aumento homólogo de 7%**.

Jornal de Negócios, 9/1/2006, p. 15, ME.

No início do ano passado, a Euronext Lisboa começou a **oscultor** o mercado para tentar atrair mais empresas.

Diário Económico, 24/1/2006, p. 3, PAC.

Um discurso que **trespassa** quase todas as candidaturas com que o DE falou ontem.

Diário Económico, 24/1/2006, p. 8, MB.

Os casinos do território macaense apresentaram **proveitos** brutos de 4.470 milhões de euros, o que significa uma duplicação face ao volume de receitas gerado antes da liberalização do jogo. [...]

O território macaense – o único local onde o Governo chinês permite a exploração de casinos – possui actualmente 18 casinos, sendo que 16 pertencem a Stanley Ho, a funcionar num conceito ‘non-stop’ (24 horas **sob** 24 horas).

Diário Económico, 24/1/2006, p. 15, SSP.

Admissão de novas empresas é um sinal de vitalidade económica

A Euronext Lisboa tem vindo a **oscultar** o mercado desde 2005 e algumas empresas mostraram-se interessadas em vir para a bolsa.

Qualquer das formas, o responsável pelo mercado de capitais nacional disse que viu abertura por parte de determinadas sociedades para uma aproximação ao mercado de capitais num trabalho de **oscultação** sistemática que teve início no ano passado. [...]

⁸ Sublinhe-se que o texto fazia parte da rubrica TEMA DA SEMANA, pelo que o argumento da escassez de tempo não colhe.

Em relação à **oscultação** junto das empresas, a Euronext Lisboa contratou duas consultoras diferentes (...).

Diário Económico, 24/1/2006, p. 19, PAC/JPL.

Abriu a caça à Portugal Telecom. E o primeiro tiro não vem de Madrid, de Milão ou de Nova Iorque, como em fábulas **precoces** se avisava: vem da Maia.

Jornal de Negócios, 7/2/2006, p. 3, PSG (editorial).

Ilação imediata (e irrefutável) a tirar do conjunto atrás reproduzido é – apesar do carácter aparentemente inócuo dos deslizes cometidos – não ter o leitor apressado dos tempos coevos inteligido nenhuma das pseudonotícias transcritas e, *ipso facto*, não ter ficado minimamente informado, pretensão legítima inviabilizada por factores que lhe são exógenos. Culpa de quem, então? Só atribuível ao jornalista que, por laxismo (ou inépcia?), não procedeu à rigorosa triagem do vocabulário a usar, daí resultando, mais do que meros quiproquós, o despautério materializado na citada série de adulterações que nada têm de anódino. Antes de mais, por redundarem em prejuízo do leitor que, destarte, se vê no imperativo de ter de efectuar vários exercícios divinatórios susceptíveis de lhe permitirem chegar ao que devia ser de intelecção imediata.⁹ Adulterações que, atinente o exíguo lapso temporal da pesquisa (e, ainda, visto não se tratar de um período atípico), permitem aquilatar da recorrência de semelhante prática, o que só pode ser indutor de justificada apreensão.

Insusceptível de contestação é que parte não despicienda da responsabilidade pelo *statu quo* a que a comunicação social chegou só pode ser imputável à negligência de uma franja assaz considerável de pseudojornalistas cujo discurso mais não é que um *déjà vu* de lugares-comuns e frases feitas, a que falta fluência e em que pontifica a ausência de um vocabulário adequado e diversificado. Porque a regra é hoje o discurso monolítico – veiculado numa linguagem despersonalizada, crioula (produto de miscigenações diversas) – que deixa a desagradável sensação de haver sido adquirido por mimetismo, quiçá devido à atracção exercida pela sonoridade de determinados “palavrões” (tais como sustentabilidade, acessibilidades, imprescindibilidade ou infra-estruturar). Ainda que elidindo a circunstância de se tratar de autênticas “elefancias”, cujo emprego outro fim não visa para além de *épater*

⁹ Cabe, por isso, ajudar a descodificar o que os ‘escreventes’ das enormidades precedentes pretendiam, supomos, grafar: **comunidade** (‘comodidade’) / **acorrer** (‘ocorrer’) / **ratificados** (‘rectificados’) / **conjuntura** (‘conjectura’) / **radicar** (‘resultar’) / **auscultar** (‘oscultar’) / **perpassa** (‘trespassa’) / **proventos** (‘proveitos’) / **sobre** (‘sob’) / **auscultar** (‘oscultar’) / **auscultação** (‘oscultação’) / **precedentes** (‘precoces’).

le bourgeois ou, como Bernardino Hernando (1990: 11) assinala: “(...) ‘Palabras horrendas y bastas como elefantes’ con las que vencer, cautivar y redir ‘al vulgo espantadizo’”.

As repercussões de tão objurgáveis práticas, patentes no quase idiomicídio em curso – que por certo não deixarão de ser profundamente confrangedoras para os exímios jornalistas (que felizmente abundam) a quem, reconhecidos, agradecemos os momentos de indizível deleite que os jornais ainda nos propiciam –, são por demais óbvias, tal como as suas vítimas directas (e inermes): os leitores.

Ora, dada a centralidade ocupada pelos *media* como agentes da vida social e cultural, as consequências de semelhante desempenho, na formação dos cidadãos, de tão nefastas só podem ser encaradas com justificada apreensão. Não carece por isso de pertinência (nem de oportunidade) o alerta há anos lançado por Edite Estrela e J. D. Pinto Correia (1994: 23):

Estilos diferentes – sim. Uma exigência comum: que as palavras devem ser correctamente escritas e pronunciadas; que as frases devem ser bem construídas e claras. Que o discurso deve ser fluente e eficaz. Para que a mensagem seja entendida e o jornalismo não seja, apenas, um veículo de informação, mas, também, fonte de conhecimento e cultura. Tendo em atenção – outro aspecto, não menos importante – que, em matéria de linguagem, e não só, o público tende a moldar-se à imagem e semelhança de quem lhe leva a informação.

E este é o cerne da questão: a persistir o *statu quo* e a não ser tido em consideração o postulado (no alerta) da última frase da citação precedente, o que os *media* vão acabar por formar é, não cidadãos, mas sim uma pandemia de labregos linguísticos.

Por isso, aqui chegados, e perante a impossibilidade, em face do exposto, de dar uma resposta peremptória quanto ao contributo da imprensa para a formação dos seus leitores, cremos justificar-se explicitar o tom tendencialmente ambivalente do título da presente reflexão: não obstante a imprensa reunir endogenamente todas as condições (aliás, são-lhe atávicas) conducentes a que o seu contributo para a progressão e consolidação daquela formação fosse de excepcional relevância e proficuidade — como felizmente acontece em parte não despicienda de casos atrás realçados, os que fazem jus ao preconizado por Carmo Vaz (1992: 281): “Quando os

jornalistas são grandes prosadores, a leitura do que escrevem dá prazer a quem lê, instrui, educa e ilumina a alma.” — , a verdade, porém, é que devido ao laxismo imperante em largas franjas de escreventes (designação depreciativa que Roland Barthes prefere à de jornalistas) a imprensa, dizíamos, acaba por, ao invés, incorrer no risco de acarretar uma deplorável regressão. Razão por que, mais do que apodíctica, como almejaríamos fosse, a questão a cuja disquisição procedemos é, pelos motivos aduzidos, pura aporia.

Razão ainda por que, e sem pretendermos entrar na sempre inconclusiva polémica de saber se o jornalista é preferencialmente o profissional que informa ou, antes, o redactor que escreve — e tendo presente a asseveração de Van Dijk (1990: 126) segundo o qual “A imprensa diária não tem tempo para a escrita sofisticada, original e criativa” — continuamos a reputar que polir a linguagem tendo em vista o incremento do nível cultural do público destinatário é um imperativo que ganha foros de inadiável (mesmo sem veleidades de almejar, porque cōscios de reservado a poucos, a consecução do desiderato de Carmo Vaz).

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, C., e LINDLEY CINTRA, L. F. (1986). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed.. Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- DIEZHANDINO, M. P. (1994). *El Quehacer Informativo. El 'arte de escribir' un texto periodístico*. Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- ESTRELA, E., e PINTO-CORREIA, J. D. (1994). *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*. 3ª ed.. Lisboa, Editorial Notícias.
- GOMES, A., e CAVACAS, F. (2005). *Escrever Direito – Ortografia*. Lisboa, Clássica Edit.
- HERNANDO, Bernardino M. (1990). *Lenguaje de la Prensa*. Madrid, EUEDEMA (Ediciones de la Universidad Complutense, S. A.).
- NÚÑEZ LADEVÉZE, L. (1993). *Teoría y Práctica de la Construcción del Texto*. Barcelona, Editorial Ariel, S. A.
- PINTO, Mário. (2001). *O Avatar da Linguagem da Imprensa Hodierna e Seus Actores*. Porto, Ed. UFP.
- PINTO, M. J. F. e SZYMANIAC, W. (2005). *Títulos das Notícias — Recursos Retórico-Estilísticos: Intencionalidade ou Acaso?* Coimbra, Minerva Editora.
- PINTO, Mário. (2005). *Ainda Bem que Mo Sugeriu – ‘Jornalês’ que Diabo de Linguagem É Essa?* Porto, Ed. UFP.
- PINTO, Mário. (2006). *Como Evitar o Atamancado do ‘Jornalês’ – Contributos para uma Boa Prática da Escrita Jornalística?* Porto, Papiro Editora.
- PINTO, Mário. (2007). *Notícias da Imprensa: da Fiabilidade à Falaciloquência*. Porto, Ed. UFP.
- RICHAUDEAU, F. (1984). *Los Secretos de la Comunicación Eficaz*. Bilbao, Ediciones Mensajero.
- RODRIGUES LAPA, M. (1979). *Estilística da Língua Portuguesa*. 10ª edição revista e actualizada. Coimbra, Coimbra Editora, Lda.
- VAN DIJK, T. A. (1990). *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona, Ediciones Paidós.